

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES- CEAM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, INFÂNCIA,
JUVENTUDE E DIVERSIDADE- EPPIJD**

A PERCEPÇÃO SOBRE EQUIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

LUZINETE PEREIRA DE SOUSA

**BRASÍLIA
2020**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES- CEAM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, INFÂNCIA,
JUVENTUDE E DIVERSIDADE- EPPIJD**

A PERCEPÇÃO SOBRE EQUIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

LUZINETE PEREIRA DE SOUSA

Monografia desenvolvida na modalidade de pesquisa participante apresentada ao curso de Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade da Universidade de Brasília – EPPIJD/UnB, como requisito parcial para obtenção do Título de especialista.

Orientadora: Dra. Neuza de Farias Araújo

**BRASÍLIA
2020**

TERMO DE APROVAÇÃO

LUZINETE PEREIRA DE SOUSA

A PERCEPÇÃO SOBRE EQUIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Pesquisa participante aprovada como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista do curso de Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade da Universidade de Brasília – UnB/CEAM.
Apresentação ocorrida em ___/___/2020.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Prof^a.Dr^a. Neuza de Farias Araújo- Orientadora

Prof.Dr. Vicente de Paula Faleiros- Examinador

Brasília/2020

RESUMO

Esta pesquisa participante busca focalizar os aspectos fundamentais acerca da percepção sobre a equidade no ambiente escolar a partir estudantes adolescentes da 2ª série do ensino médio regular de uma escola pública localizada em Taguatinga, no Distrito Federal. Analisou-se o contexto da instituição de ensino e as participações realizadas ocorreram a partir de sugestões vindas da gestão escolar ao considerar a relevância dos assuntos e sua relação com o currículo a ser desenvolvido com os estudantes da 2ª série. A pesquisa considerou ainda o respeito ao lugar de fala de cada estudante durante a participação em palestras, momentos de estudo e produção de textos, ressaltando a importância desses espaços na escola para promoção de uma plena cidadania. A relevância do problema acerca da equidade possibilita repensar a maneira pela qual a escola influencia mudanças estruturais que envolvem a construção de possibilidades de inclusão e respeito ao próximo. O Objetivo geral da presente pesquisa foi analisar a percepção dos adolescentes sobre a equidade no ambiente escolar com os estudantes do Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) de Taguatinga-DF, para isso, foram utilizados, vídeos, textos e falas de estudantes. É uma pesquisa qualitativa com procedimentos metodológicos de pesquisa documental, bibliográfica e empírica dentro da pesquisa participante.

Palavras-Chave: Equidade. Estudante. Escola. Oportunidade

ABSTRACT

This participant research seeks to focus on the fundamental aspects about the perception of equity in the school environment from adolescent students of the 2nd grade of regular high school in a public school located in Taguatinga, in the Federal District. The context of the educational institution was analyzed and the interventions carried out were based on suggestions from school management when considering the relevance of the subjects and their relationship with the curriculum to be developed with 2nd grade students. The research also considered the respect for the place of speech of each student during the participation in lectures, moments of study and production of texts, emphasizing the importance of these spaces in the school for the promotion of full citizenship. The relevance of the problem about equity makes it possible to rethink the way in which the school influences structural changes that involve the construction of possibilities for inclusion and respect for others. The general objective of the present research was to analyze the adolescents' perception about equity in the school environment with the students of the Ave Branca High School (CEMAB) in Taguatinga-DF. It is a qualitative research with methodological procedures for documentary, bibliographic and empirical research within the participant research.

Keywords: Equity. Student. School. Opportunity

LISTA DE SIGLAS

CEAV	Centro Educacional Ave Branca
CEMAB	Centro de Ensino Médio Ave Brancas
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Projeto Político Pedagógico
RA	Região Administrativa
SEEDF	Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal

LISTA DE TABELA

Tabela 01- Distribuição de turnos/turmas	14
--	----

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1: brainstorming produzido a partir das transcrições.....	31
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. TEMA.....	12
1.2. OBJETIVOS.....	12
1.2.1. Objetivo Geral	12
1.2.2. Objetivos Específicos	12
1.3. PÚBLICO-ALVO	12
1.4. JUSTIFICATIVA.....	12
2. DESENVOLVIMENTO.....	16
2.1. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS	24
2.2. RECURSOS	33
3. RESULTADOS	33
3.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
4. REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	38

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa participante discutiu com os estudantes adolescentes da 2^o série do ensino médio regular do Centro de Ensino Médio Ave Branca de Taguatinga o tema sobre a equidade no ambiente escolar a partir de orientações curriculares e propostas pedagógicas da escola e do Currículo da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal-SEDF. A temática levou em consideração as contribuições de teóricos como Aristóteles, Djamila Ribeiro, Luiz Síveres, Miguel Arroyo, Pedro Demo, entre outros.

A percepção sobre a equidade no ambiente escolar ocorreu por meio do contato com os estudantes de uma escola pública do Distrito Federal, na Região Administrativa de Taguatinga¹ (RA III) e partiu da necessidade de compreender como a temática era percebida na comunidade escolar. Falar sobre a equidade na escola é refletir sobre as razões pelas quais cada estudante adolescente está envolvido com a sua própria história ao perceber como os fenômenos se relacionam com o seu cotidiano escolar e ao mundo da vida.

A pesquisa participante teve parceria com as disciplinas de Filosofia e Redação do turno matutino, onde oportunizou-se espaço para as discussões a respeito das temáticas e propostas de reflexão sobre as mesmas a partir de apresentação de falas e textos escritos. Durante o processo de reflexão os estudantes e a pesquisa participativa analisaram a percepção da equidade a partir desse olhar sobre o problema e a forma pela qual ele se manifesta dentro contexto da realidade escolar dos estudantes.

Assim, a discussão da temática equidade no ambiente escolar é, antes de tudo, a possibilidade do direito à educação enquanto garantia constitucional fundamental e imprescindível ao exercício da plena cidadania e partir da qual a reivindicação por outros direitos passará a ser projetada.

Nesse sentido, a pesquisa participante buscou despertar o interesse dos adolescentes para o conhecimento sobre aspectos fundamentais que são identificados no ambiente escolar cotidiano a fim de que pudessem compreender melhor acerca de sua própria relação no que se refere ao reconhecimento dos

¹ As Regiões Administrativas (RA) representam uma divisão administrativa do Distrito Federal. Foram instituídas pela Lei N°4545 de 64. A lei prevê a divisão para fins de descentralização e coordenação de serviços de natureza local.

espaços destinados a promoção do ambiente democrático e justo na escola e a importância de compreender como essas discussões e a forma como os mesmos são abordados, destinando lugar de fala aos estudantes e fazendo-os pensar não somente a partir dos problemas, mas como os mesmos podem apresentar as soluções para construção de uma escola e de uma rede de relacionamentos que não sejam pautados pelo preconceito e discriminação proporcionando, assim, um ambiente equânime.

1.1. TEMA

Equidade na escola.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar a percepção dos adolescentes sobre a equidade no ambiente escolar com os estudantes do Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) de Taguatinga-DF.

1.2.2. Objetivos Específicos

- A. Compreender a diferença entre igualdade e equidade enquanto conceito.
- B. Refletir sobre as práticas escolares que impedem a vivência da equidade.
- C. Promover no ambiente escolar espaços de discussões sobre equidade.

1.3. PÚBLICO-ALVO

A pesquisa participante foi realizada com os estudantes da 2^o série do ensino médio regular em acompanhamento à sete turmas.

1.4. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa participante discutiu com os estudantes do ensino médio regular Centro de Ensino Médio Ave Branca-CEMAB sobre a equidade no ambiente escolar e sendo observada a necessidade de uma discussão profunda que fizesse com que o estudante percebesse não só conceitualmente a ideia de equidade enquanto conceito, mas toda a realidade circundante bem como as formas de comparativos existentes dentro da temática.

A execução ocorreu durante as aulas Filosofia e buscou analisar e despertar a consciência crítica dos estudantes por meio de um visionamento do vídeo

Precisamos Romper com os silêncios, de Djamila Ribeiro, e debateu sobre as temáticas a respeito das desigualdades e percepção de sujeitos inseridos dentro de um contexto social escolar que possibilitou a aproximação ao diálogo e reflexão acerca das demandas assimiladas no dia-a-dia.

A temática sobre a equidade no ambiente escolar é tratada com superficialidade e naturalizada na sociedade de forma irreflexiva fazendo com que mesmo a escola, local por excelência de aprendizado e saber, seja reflexo não da atitude crítica, mas de uma reprodução das coisas mesmas. Daí a importância de compreender que as possibilidades de discussão geram novos conteúdos que proporcionam novas situações diante de problemas que existentes onde os estudantes adolescentes não são receptáculos de informações, mas pensadores ativos que ressignificam constantemente a sua realidade social ao criar soluções interpretativas da realidade.

O Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) é uma escola pública de Ensino Médio da Secretaria de educação do Distrito-Federal, situado na Regional de Ensino de Taguatinga-DF. A escola foi fundada na Região Administrativa de Taguatinga em 14 de março de 1961, sendo uma das escolas mais antigas de Brasília.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP-2019) da escola inicialmente o nome da instituição era Ginásio de Taguatinga, pois oferecia o curso ginásial noturno e somente em 1963 a instituição passou a se chamar Colégio de Taguatinga. No ano de 1966 o nome Centro de Ensino Médio Ave Branca passou a caracterizar a instituição, oferecendo em 1971 o curso normal que preparava a comunidade para o exercício da profissão de professor, posteriormente foi integrada a escola de Aplicação. Em 1979 houve transferência do Curso de Formação de Professores para o Colégio de Taguatinga Sul, nesse período a escola passou a ser denominada Centro Educacional Ave Branca (CEAV) recebendo o nome de Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) a partir dos anos 2000.

A sua trajetória enquanto instituição de formação integral demarcou um compromisso com a formação humana, com a diversidade, os Direitos Humanos e o exercício da cidadania. Consta em seu PPP-2019 que a escola tem como missão

Proporcionar uma educação de qualidade, dando significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização e a interdisciplinaridade, em busca da formação integral e crítica dos alunos, preparando-os para os desafios que envolvem a sociedade atual. (PPP-2019, p. 18).

Tais práticas relacionadas a qualidade da educação, conforme descrito, estiveram presentes em sua gênese na formação de professores da antiga escola normal, e também nas discussões atuais sobre as temáticas e principalmente pelo corpo discente diverso, múltiplo, heterogêneo que constitui um recorte significativo dos sujeitos dessa pesquisa.

A escola oferta nos turnos matutino, vespertino e noturno aulas voltadas para a educação básica do ensino regular distribuindo o alunato conforme a seguinte tabela.

Tabela 01- Distribuição de turnos/turmas

TURNO	SÉRIE	QUANTIDADES DE TURMA
MATUTINO	2°	11
	3°	17
VESPERTINO	1°	19
	2°	09
NOTURNO	1°	02
	2°	02
	3°	02

Infere-se dos dados da tabela que a maior parte dos estudantes regularmente matriculados no CEMAB são do turno diurno incluindo os três anos do ensino médio destacando que no turno matutino a escola acolhe a maior quantidade de turmas referente ao segundo e terceiro ano. A pesquisa foi desenvolvida com estudantes dessas da 2° série.

O PPP-2019 do CEMAB não identifica a quantidade de estudantes que são residentes em Taguatinga ou nas demais regiões do DF, apenas informa que o alunato é constituído por estudantes residentes nas regiões administrativas de Taguatinga, Ceilândia, Riacho Fundo, Recanto das Emas e alguns outros das cidades do entorno do DF como Santo Antônio do Descoberto e Aguas Lindas de Goiás.

A prática pedagógica da instituição caracteriza-se pela Integralidade como práticas educativas associando as mais diversas áreas do conhecimento, a

intersetorialidade relacionando diversos projetos sociais, a transversalidade relacionando as aprendizagens com os interesses dos estudantes priorizando o diálogo escola comunidade na troca de informações e na criação de uma identidade escolas vinculadas ao seu território e proporcionando um trabalho em rede entre os diversos atores sociais.

Para execução da pesquisa foram analisados a abordagem curricular utilizada pela Secretaria de Educação bem como os conteúdos que pudessem auxiliar os professores em sala de aula. Nesse sentido, ao longo das reflexões com os estudantes, foram utilizadas as seguintes referências: Djamila ribeiro: *lugar de fala e precisamos romper com os silêncios*. Todas as conversas com os estudantes foram realizadas no ambiente escolar e os textos por eles produzidos foram de caráter não-obrigatório.

Do universo de doze (7) turmas participantes de aproximadamente 45 estudantes adolescentes, foram produzidos e entregues um total de 283 textos reflexivos.

No contexto escolar também é importante caracterizar o fato de que esses estudantes são adolescentes e encontram-se em fase peculiar de desenvolvimento. Em relação às teorias sobre o desenvolvimento humano, na obra *Ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* DESSEN (2005) afirma que na perspectiva do desenvolvimento do final do século XX busca-se a compreensão sobre a causalidade sistêmica, onde as consequências são resultados das partes do sistema, isto é, nenhum fenômeno pode ser analisado separado do sistema. Assim

Pesquisar em psicologia do desenvolvimento humano implica levar em consideração a emergência e a evolução do indivíduo, em seus diferentes aspectos (biológicos, psicológicos, sociais e culturais), em constante interação com seu contexto também em desenvolvimento, focalizando as mudanças na direção do fenômeno estudado. Em outras palavras, uma visão sistêmica do desenvolvimento requer focalizar as relações de trocas entre o organismo em desenvolvimento e o seu ambiente também em desenvolvimento. Nessas trocas, o organismo age sobre o ambiente, de modo a manter tanto uma coerência interna consigo mesmo quanto com o próprio ambiente. (DESSSEN, 2005, p.274).

Nesse sentido, a psicologia do desenvolvimento humano dentro dessa perspectiva sistêmica busca levar em consideração a multiplicidade de aspectos que podem influenciar e os que sofrem influência do meio em que estão inseridos e onde o processo de desenvolvimento ocorre a partir conexão com diferentes pessoas da família, amigos, colegas de trabalho, de estudo e espaços comunitários como

vizinhança, serviços de saúde e outros, ou seja, nossas redes de relações sociais, ou seja, soma de relações que o indivíduo percebe como significativo.

O texto *Adolescência como fenômeno social: Contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras* (2014) entende a adolescência enquanto fase pensada a partir da consideração de que o desenvolvimento está em constante modificação, pode ser refletida a partir da perspectiva sociocultural, onde

[...] a adolescência é vista como um período de grande desenvolvimento da subjetividade, que articula processos biológicos e experiências psicossociais. Desse modo, os adolescentes devem ser compreendidos como um grupo constituído sob a influência da cultura de consumo e das suas contradições, de um sistema bastante frágil de valores sociomoraes, das tecnologias de comunicação e das novas configurações familiares. Esses fatores têm grande influência sobre os comportamentos dos adolescentes, sobre os significados que eles desenvolvem e sobre a própria adolescência. (SOUZA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2014, p.120).

Nesse sentido, a presente pesquisa participante analisou o fenômeno da equidade no ambiente escolar a partir desta perspectiva sobre o significado da adolescência, pois o público-alvo da pesquisa foram adolescentes que estão inseridos dentro desse contexto social que recebe influências e onde os próprios adolescentes também passam a ressignificar sua própria realidade a partir das experiências vividas.

2. DESENVOLVIMENTO

A percepção dos estudantes pressupõe a existência de um olhar específico sobre o fenômeno que, ao ser captado, contribui para uma significação acerca do mundo circundante. A proposta de percepção tem sua origem na fenomenologia enquanto pressuposto filosófico, pois no método fenomenológico, assim o fenômeno a ser captado retrata a percepção dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre equidade no ambiente escolar.

Cabe ressaltar também que a contribuição da percepção ao conhecimento implica uma possibilidade de estabelecer o primeiro contato com as coisas, tal relação sensível que passa primeiramente pela sensibilidade e posteriormente na elaboração teórica, trata-se de uma percepção como contato imediato com o mundo e com suas representações.

Para demarcar o campo da fenomenologia como método utilizado na pesquisa qualitativa, a obra *Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (2012), os autores entendem a fenomenologia “é o estudo sistemático de tudo o que se apresenta à consciência” (POUPART, 2012, p. 386). Nesse sentido, a presença daquilo que é dado, exatamente como é dado ou percebido expressa a matriz e o sentido do fenômeno pelo sujeito.

A forma e o sentido como elementos fundamentais para retorno às origens compreendem a definição dos sujeitos sobre aquilo que “aparece” em sua mente sobre o tema equidade. Assim, a pré-reflexão implica em algo anterior a definição intelectual sobre a temática e assim revelar o mundo pela primeira vez. Cabendo, pois, uma captação imediata não elaborada, não estruturada, mas sentida diante dos diversos sujeitos diante do mundo.

A percepção contrapõe a ideia da certeza sensível enquanto implica a captação do objeto, seu conceito, sua identidade enquanto formação de uma unidade ou universalidade. Assim, a relação entre o sujeito e o objeto é caracterizada no pensamento de Merleau-Ponty em sua construção fenomenológica. Para Merleau-Ponty

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência [...] Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua "facticidade". É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre "ali", antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. (MERLEAU-PONTY, 1999, p.1).

Cabe destacar que o processo de construção e captação fenomenológica pressupõe o contato livre, da percepção dos sujeitos tornando factível a percepção sobre a equidade sempre a partir do olhar dos estudantes, principalmente quando se refere a sua realidade circundante.

Quando mencionamos a problemática do conceito de igualdade deve-se ressaltar que as lutas para consolidação das políticas públicas trouxeram contribuições significativas para o desenvolvimento da condição à igualdade jurídica. Ao analisar a trajetória no que diz respeito aos adolescentes, temos como marco a

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA trouxe uma grande revolução no ordenamento jurídico brasileiro, pois as crianças e os adolescentes passaram da situação de objetos de direitos para sujeitos de direitos, representando um marco na proteção e na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esses sujeitos encontram-se com a Lei 8.069/90, na condição de sujeitos de direitos, sendo-lhes garantida a proteção integral.

Fazendo-se uma digressão histórica acerca dos principais documentos internacionais que fazem parte da construção dos direitos da criança e do adolescente, podem-se mencionar os seguintes: Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948, Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, Convenção dos Direitos da Criança de 1989, Pacto San José da Costa Rica de 1969, as Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça Juvenil e as Regras preventivas da delinquência juvenil, conhecidas como Diretrizes de Riad. O primeiro documento internacional que reconheceu direitos às crianças e aos adolescentes foi a Declaração dos Direitos da Criança de Genebra, de 1924, promovida pela Liga das Nações. Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, pela primeira vez, se reconheceu que a criança deve ser objeto de cuidados e atenção especial. O item dois, do artigo XXV, dispõe que "a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especial. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social".

Em 20 de novembro, de 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, assegurou que as crianças têm, entre outros direitos, o seguinte direito: Direito à igualdade, sem distinção de raça religião ou nacionalidade e o direito à educação gratuita.

Em 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a Convenção dos Direitos da Criança, com essa Convenção surge a doutrina da proteção integral. Amin (2010), comentado sobre essa convenção, diz:

Pela primeira vez, foi adotada a doutrina da proteção integral fundada em três pilares: 1º) reconhecimento da peculiar condição da criança e jovem como pessoa em desenvolvimento, titular de proteção especial; 2º) crianças e jovens têm direitos à convivência familiar; 3º) as Nações subscritoras obrigam-se a assegurar os direitos insculpidos na Convenção com absoluta prioridade. (AMIN, 2010, p. 12).

Com a doutrina da proteção integral todas as crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. O próprio constituinte de 1988 trouxe na carta constitucional os valores calcados na Convenção dos Direitos da Criança de 1989, da ONU. Com isso, a Constituição positiva a doutrina da proteção integral (Brasil, art. 227, da Constituição Federal), e rompe com o paradigma anterior da doutrina da situação irregular. A doutrina da situação irregular vigorou até a constituição de 1988. Tinha-se o paradigma da carência e da delinquência, ou seja, o juiz de menores atuava apenas nas situações que se enquadravam no artigo 2º do Código de Menores de 1979.

No período compreendido entre a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989), tivemos alguns documentos elaborados pelas Nações Unidas que contribuíram para o desenvolvimento do direito da criança e do adolescente. A constituição Federal de 1988 é uma síntese da Convenção de 1989, em seu artigo 227, diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, Lei 8.069/90, art. 4º)

O processo histórico em que os direitos humanos evoluíram de um plano abstrato para um plano concreto, ou seja, passaram a ser positivados nas normativas internacionais, na Constituição Federal de 1988, na Lei 8069/90, além de outras disposições normativas que complementam o texto constitucional e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), ficando superada a fase em que coincidiam com meras reivindicações políticas ou éticas, representa a concretização da evolução dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

Essa evolução pode ser explicada, em face de algumas situações específicas, que tornam alguns indivíduos merecedores de atenção especial. No

caso das crianças e dos adolescentes, a situação se justifica pela condição peculiar de pessoa em desenvolvimento

Os direitos fundamentais que, antes, buscavam proteger reivindicações comuns a todos os homens, passaram a, igualmente, proteger seres humanos que se singularizam pela influência de certas situações específicas em que apanhados. Alguns indivíduos, por conta de certas peculiaridades, tornam-se merecedores de atenção especial, exigida pelo princípio do respeito à dignidade humana. Daí a consagração de direitos especiais aos enfermos, aos deficientes, às crianças, aos idosos... o homem não é mais visto em abstrato, mas na concretude das suas diversas maneiras de ser e de estar na sociedade. Essa tendência à especificação acarreta a multiplicidade dos direitos. A especificação leva à necessidade de serem explicitados novos direitos, adequados às particularidades dos seres humanos na vida social. Incrementa-se o quantitativo dos bens tidos como merecedores de proteção. (Brasil, art. 6º, do ECA).

O texto constitucional positiva, então, a doutrina da proteção integral. Essa visa assegurar todos os direitos, sem exceção, a qualquer grupo de crianças ou adolescentes.

Não se deve negar que ao decorrer desse período ocorram muitas conquistas em favor das políticas sociais para a criança e o adolescente, mas, apesar dos avanços, ainda há muito o que se fazer quanto ao desenvolvimento das políticas públicas e sociais voltadas para os adolescentes, pois há conquistas que continuam no âmbito do discurso jurídico que ainda não foram efetivadas. Desse modo, a realidade necessita de um maior enfrentamento quanto a essas políticas. É preciso que se substituam as práticas assistencialistas por um modelo garantista que seja capaz de efetivar muitas das conquistas. Pode-se, muito facilmente, dizer que ainda falta muito para que exista políticas públicas que seja capaz de corresponder a real necessidade e aplicação da legislação, quanto aos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. O amparo jurídico conquistado trouxe uma visibilidade que permitiu o direito à condição de se ter direitos. Nesse sentido, a conquista pela igualdade e reconhecimentos jurídicos exerceram a função de atuar como um importante instrumento capaz de reivindicar a justiça em seu pleno acesso.

Contudo, a lei por si mesma não consegue abarcar a complexidade de injustiças e violações ocorridas na tentativa de amparar a universalidade que o conceito de igualdade, em seu sentido jurídico, nos possibilita pensar. Assim, deve-se repensar não somente a instrumentalização da lei, mas também os processos pelos quais se torna possível a eliminação das desigualdades e injustiças e, por

isso, compreende-se que o conceito de equidade se torna relevante para o desenvolvimento de práticas educacionais que possibilitem a participação, reconhecimento, pertença, dos adolescentes em seu ambiente escolar.

Segundo Arroyo (2011), a maneira pela qual as políticas públicas consideraram o conceito de igualdade evidenciou a existência de um conceito de igualdade que leva em consideração uma generalização e abstração que impossibilita considerar os instrumentos de acesso e permanência para que o direito à igualdade seja efetivamente garantido

Ao longo destas décadas tem prevalecido a defesa do ideal de escola única, currículos únicos, percursos, tempos e ritmos únicos, avaliações e resultados únicos, parâmetros únicos de qualidade única. Os documentos de políticas e as justificativas de diretrizes nacionais refletem esse ideal de unicidade como sinônimo de igualdade de direitos. Educação (em abstrato), direito (em abstrato) de todo cidadão (abstrato). Sem rostos. Sem sujeitos históricos, concretos, contextualizados. Nessa concepção avança em um ideal de igualdade tão abstrato e descontextualizado que os diferentes feitos desiguais terminarão ficando de fora. (ARROYO, 2011, p.88).

Infere-se que mesmo diante da expressão de uma unidade presente na possibilidade de uma educação única que, por ventura representasse a dimensão de uma igualdade, cabe destacar que tal concepção vela as desigualdades afirmando-se no discurso falacioso de inclusão por meio da exclusão. É preciso reconhecer o diferente em sua diferença contribuindo para um processo equânime onde as desigualdades possam ser percebidas a fim de se erradicarem por meio de uma consciência ativa que possibilite o reconhecimento e a sua transformação.

O filósofo Aristóteles, ainda no século IV a.C, faz uma conceituação sobre a temática da equidade em sua obra *A Ética a Nicômaco (2001)*, que foi o primeiro tratado de Ética da tradição filosófica ocidental, e o primeiro a utilizar o termo ética no sentido que se emprega para o estudo sistemático sobre os valores e os princípios que regem a ação humana e com base nos quais esta ação é avaliada em relação a seus fins.

O texto ficou conhecido como *Ética a Nicômaco* por ter sido dedicado a Nicômaco, o filho de Aristóteles. Sua influência foi imensa, tendo marcado profundamente a discussão sobre a ética subsequente, definindo as grandes linhas de discussão filosófica nesta área. No domínio do saber prático trata-se de estabelecer sob que condições podemos agir da melhor forma possível, tendo em vista o nosso objetivo primordial, que é a felicidade ou a realização plena de nosso

potencial. No que consiste esta felicidade, e como é possível ao ser humano alcançá-la, são as questões centrais da *Ética a Nicômaco*. Para chegar a isso Aristóteles examina a natureza humana e suas características definidoras do ponto de vista ético, que são as virtudes. E uma dessas virtudes, para o filósofo, diz respeito à equidade. Nas palavras do filósofo

Por isso o equitativo é justo, superior a uma espécie de justiça- não justiça absoluta, mas ao erro proveniente do caráter absoluto da disposição legal. E essa é a natureza do equitativo: uma correção da lei quando ela é deficiente em razão da sua universalidade. E, mesmo, é esse o motivo por que nem todas as coisas são determinadas pela lei: em torno de algumas é impossível legislar, de modo que se faz necessário um decreto. Com efeito, quando a coisa é indefinida, a regra também é indefinida, como a régua de chumbo usada para ajustar as molduras lésbicas: a régua adapta-se à forma da pedra e não é rígida, exatamente como o decreto se adapta aos fatos (ARISTÓTELES, 2001, p.118).

Segundo Aristóteles (2001), a natureza da equidade diz respeito à retificação da lei no que esta se revele insuficiente pelo seu caráter universal. A lei tem um caráter geral, por isso sua aplicação é imperfeita ou difícil. A equidade intervém com o objetivo de julgar tendo como referência a justiça que a lei deveria realizar. Para o filósofo, justo e equitativo são a mesma coisa. Contudo, a lei e a justiça não. O equitativo é superior, não ao justo em si, mas ao justo formulado em uma lei que, em virtude de sua universalidade, não consegue abarcar a complexidade das injustiças humanas, e, portanto, mais propensas ao erro.

Para contribuir a discussão sobre a ideia de equidade, Pedro Demo em seu texto *Correndo solto e equidade social* (2019a) aponta que a equidade é uma questão complexa, principalmente no que se refere às políticas educacionais pois devem levar em consideração os fatores sociais, econômicos para assegurar a qualidade na escola. Segundo Demo

A questão da equidade, porém, é bem mais complexa do que isso, sobretudo quando vista sob a ótica dos déficits de segmentos populacionais marginalizados que podem ser astronômicos, também vinculados fortemente com pobreza socioeconômica. É preciso levar em conta que políticas educacionais equalizadoras precisam tomar rumo bem diverso, frontalmente contra a propensão reprodutivista, o que é objetivo muito difícil, pois supõe qualidade democrática e republicana em geral inexistente, mesmo em países mais avançados. (DEMO, 2019a)

Cabe, portanto, compreender o fundamento da equidade não como igualdade, mas como caminhos possíveis de reparação de injustiças que historicamente forma naturalizadas. Há uma necessidade de se passar a limpo a história do Brasil a fim de

que elementos sociais de exclusão, a relação com a mulher, com o negro, com o índio possa ser repensada para o processo de qualidade democrática.

Pensar a questão da equidade não implica na uniformidade, mas nas condições possíveis de desenvolvimento no que se refere a proximidade da qualidade educacional, compreende os fatores de pobreza presente na comunidade escolar que geram a pobreza política. Nesse sentido, Demo (2019b) afirma que

No “mundo real” está o sistema geral da escola pública estigmatizado como coisa pobre para o pobre. Esta situação não dá chance, a não ser excepcional, aos alunos mais pobres, sobretudo quando frequentam uma escola decaída da periferia urbana ou rural, por vezes violentada abusivamente, insegura, inconfiável. A frequência à escola, na qual se aprende minimamente se tanto, é duvidosa, na prática fraudulenta, porque não há chance de desenvolver o potencial de cada aluno. Não pode ser equitativa, porque, ao invés de superar os déficits, os confirma. O aluno mais pobre não tem a escola de que precisa, mas aquela à qual está condenado. (DEMO, 2019b).

Romper com as estruturas que estigmatizam a escola pública como lugar do medíocre, como instância da “coisa pobre para o pobre” é uma das tarefas que se propõe um processo equânime.

Compreender as diferenças, evidências as exclusões sociais e promover a reflexão e os caminhos para os enfrentamentos de uma educação em novas arenas. Esse é o princípio ativo da construção de uma cidadania global, feita na periferia, numa escola pública de Taguatinga, é preciso uma pedagogia da presença como afirma Luiz Síveres na obra *Encontros e diálogos: pedagogia da presença, proximidade e partida* (2015)

[...] de forma geral, esse conceito permeou os diferentes momentos históricos, sendo considerado pelos filósofos clássicos como uma virtude, pelos teólogos da idade média como uma atitude amorosa e pelos cientistas modernos como um princípio de equidade. Essas abordagens, independentemente de sua configuração, têm, de modo geral, a referência no Eu, enquanto que o projeto de justiça, inspirado em Levinas e desenvolvido por Dussel, tem como primazia o Outro, este compreendido e identificado, geralmente, como vítima. Por isso, o Outro, que de alguma forma foi vitimado, espera, acima de tudo, um projeto de justiça. (SÍVERES, 2015, p.113).

Infere-se dos argumentos de Demo (2019 a) e Síveres (2015) que a discussão sobre a equidade implica uma nova perspectiva, não somente vinculada à justiça como propunha Aristóteles, mas, sobretudo, uma relação própria com a ética, o cuidado e a presença diante do outro. Nesse sentido, a escola, os professores,

deve esforçar-se para que as discussões e as percepções sobre equidade principalmente para a reivindicação de direitos que foram e são negados aos estudantes menos favorecidos social, cultural e economicamente.

2.1. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa tem natureza qualitativa, de caráter exploratório, envolvendo análise documental e a realização de entrevista com estudantes do ensino médio da rede pública de ensino do Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB), escola pública localizada na região administrativa de Taguatinga, Brasília-Distrito Federal que foi o local da experimentação no campo. Segundo Poupart (2012, p. 131) a pesquisa qualitativa tem sido usada para explorar determinadas questões, que, dificilmente, o pesquisador que recorre a métodos quantitativos consegue resolver. Nesse sentido caberá uma compreensão das falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

A análise documental consistiu na leitura sistêmica dos documentos da secretaria de educação como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Currículo da Secretaria de Educação do Distrito Federal. A proposta metodológica da pesquisa e a sua estrutura como fundamento para uma discussão da percepção dos estudantes sobre equidade foi desenvolvido como técnica de coleta de dados a estrutura a pesquisa participante. Segundo Centenaro e Fávero (2019 p. 172) a pesquisa documental é compreendida como um processo que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compressão e análise de documentos dos mais variados tipos.

A pesquisa participante deve obedecer às seguintes fases: Montagem institucional, estudo da população envolvida, análise crítica dos problemas que a população considera prioritária e aplicação de um plano de ação que contribua para solução dos problemas. Nesse sentido, conforme afirma Brandão

[...] a pesquisa participante vai procurar auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas. Deste modo, a seleção dos problemas a serem estudados emerge da população envolvida, que os discute com especialistas apropriados, não emergindo apenas da simples decisão dos pesquisadores. (BRANDÃO, 1999, p. 52).

Com base na definição de Brandão, o pensamento sobre a pesquisa participante exige uma prática ativa com os sujeitos da pesquisa, a proposta de

produção de material e questionário aberto possibilitou uma identificação dos problemas apresentados pelos estudantes, bem como as etapas que se seguiram observando as orientações das fases da pesquisa participante.

Na primeira fase que consistiu na montagem institucional e metodológica da pesquisa, caracterizou-se a escola e a sua estrutura física a fim de que as discussões fossem realizadas em ambientes externos tais como sala de vídeo, ambiente de leitura em grupo que facilitasse o debate sobre equidade e a percepção dos estudantes acerca da temática.

Na segunda fase sobre o estudo preliminar e provisório da região e da população envolvida, foram analisados os dados coletados pelo Projeto Político Pedagógico da escola a fim de identificar a estrutura social da população, bem como os aspectos históricos da escola e as condições socioeconômicas dos estudantes.

A terceira parte da pesquisa consistiu na análise crítica dos problemas considerados prioritários pelos estudantes compreendendo nas palavras de Brandão

[...] por razões sociopedagógicas (sic) é importante levar em consideração que aqueles que participam do estudo de um problema não podem alcançar os resultados de uma longa análise antes de agirem. Assim, é necessário iniciar o processo de análise e aprofundá-lo durante a própria realização da ação (BRANDÃO, 1999, p. 62-63)

O primeiro trabalho de análise crítica consistiu em sensibilizar os estudantes sobre aquilo que consideram importante no ambiente escolar a partir das falas em grupo e como poderiam resolver tais problemas de forma organizada, coletiva a partir das inquietações dos sujeitos.

A quarta fase teve início ao identificar o problema invisibilizado das discussões sobre equidade no ambiente escolar, e teve como meta a programação e a ampliação de um plano de ação (incluindo atividades educacionais) bem como organização de seminários, produção de textos e roda de leituras que pudessem sensibilizar a comunidade escolar para os diversos problemas enfrentados pelos estudantes, principalmente evidenciando a discussão sobre equidade e sobre gênero que tanto se reportam em suas falas e textos escritos. Nessa fase compreendeu-se os elementos expostos por Brandão ao afirmar que

O plano de ação elaborado a partir dos problemas analisados deve comportar: atividades educativas que permitam analisar os problemas e as situações vividas, medidas que possam melhorar a situação a nível local, ações educativas que tornem possível execução de tais medidas, ações

que caminhem soluções a curto, médio ou longo prazo, a nível local ou numa escala mais ampla. (BRANDÃO, 1999, p. 68).

Ao abordar a questão da equidade no ambiente escolar, as ações coletivas forma importantes no que diz respeito ao entendimento das questões propostas em sala, durante as aulas, nas leituras dos textos escolhidos para os debates e nos visionamentos dos vídeos que discutiam alguns dos problemas por eles apresentados.

Nesse sentido, a proposta metodológica do trabalho de pesquisa participante partiu de uma ação que provoca reação e um despertar para o levantamento de uma demanda local possível de ser retomada pela comunidade escolar após sua realização. Analisando as situações locais que devem ser solucionadas e repensadas a partir de uma realidade de forma não verticalizada, mas dialógica pensada conjuntamente com os diversos sujeitos da comunidade escolar.

A proposta da atividade se deu a partir da observação da rotina escolar a partir de espaços tais como a sala de aula, o intervalo, e as propostas pedagógicas desenvolvidas que levam para a comunidade escolar a urgência de uma discussão sobre equidade no ambiente escolar.

Tendo como referência norteadora o currículo em movimento da educação básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a teoria do currículo embasadora desta pesquisa foi orientada pelos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, de modo que, a definição dos conteúdos a serem trabalhados pelo professor deve considerar as informações e as características de desenvolvimento dos estudantes em um processo de identificação da prática social inicial, ou seja, o mundo da vida não pode ser excluído da prática educacional e sugere que:

Na organização do trabalho pedagógico, a prática social, seguida da problematização, instiga, questiona e desafia o educando, orienta o trabalho do professor com vistas ao alcance dos objetivos de aprendizagem. São indicados procedimentos e conteúdos a serem adotados e trabalhados por meio da aquisição, significação e recontextualização das diferentes linguagens expressas socialmente. A mediação docente resumindo, interpretando, indicando, selecionando os conteúdos numa experiência coletiva de colaboração produz a instrumentalização dos estudantes nas diferentes dimensões dos conceitos cotidianos e científicos que, por sua vez, possibilitará outra expressão da prática social (catarse e síntese). Tal processo de construção do conhecimento percorrerá caminhos que retornam de maneira dialética para a prática social (prática social final). (SEDF, p.34).

A escolha pela temática sobre a equidade também está relacionada aos eixos transversais do currículo que contemplam as narrativas historicamente negligenciadas e que são: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos.

Assim, levou-se em consideração o documento da Organização das Nações Unidas-ONU mulheres (2014-2017) que norteiam as ações para a promoção da igualdade de gênero e sobre a importância do empoderamento de meninas e mulheres como uma das metas para o milênio por meio de uma palestra na escola durante a semana de Educação para a vida. Para tal, a discussão temática deve envolver todos os âmbitos da vida social. Contudo, ainda é pouco debatido no ambiente escolar as temáticas que envolvem a mulher ou direitos sociais fundamentais. A abordagem buscou despertar a consciência e ampliar o debate no ambiente escolar, visando promover a melhoria da qualidade de vida de todos que usufruem do espaço.

Conforme o glossário da ONU para Empoderamento Político das Mulheres (2016) O empoderamento das mulheres consiste em realçar a importância de que as mulheres adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-las nesse processo, de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações.

Discutir sobre o empoderamento pressupõe o direito à liberdade de consciência, religião e crença; sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder; o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres a acessarem e de controlarem todos os aspectos de sua saúde; o acesso das mulheres, em condições de igualdade, aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados; a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas; e o direito à educação e formação profissional e acesso às mesmas.

A escola é um ambiente importante para a vida humana na sociedade moderna, por isso, é essencial discutir conceitualmente as diferenças fundamentais entre igualdade e equidade dentro da escola, uma vez que ela reflete os anseios sociais mais latentes.

A discussão acerca racismo, do gênero e das classes sociais ocorreram a partir do visionamento do vídeo da filósofa brasileira de Djamila Ribeiro em palestra para TEDx Talks também provocou bastante impacto entre os estudantes. O material selecionado contribui para uma análise das temáticas que compreendem as discussões sobre a busca pela equidade e apresenta um aprofundamento da temática quando repensa o silêncio institucional, a naturalização das mortes dos corpos negros, as desigualdades sociais e a relação entre a negritude e os espaços que são ocupados por brancos num país majoritariamente negro. Nesse sentido, o vídeo contribuiu para o aprofundamento da discussão sobre o racismo institucional e também para os diversos tipos de violências existentes na vida dos indivíduos.

Diante do ponto de vista ético, Djamila Ribeiro retoma a reflexão sobre o feminismo negro a partir de autoras que refletem sobre as diversas vozes que foram silenciadas ao longo da história, e onde há um compromisso no que concerne à reflexão e a necessidade de uma discussão ampla que traga à luz as histórias, pessoas e falas não ouvidas.

O vídeo teve como finalidade a discussão sucinta sobre uma temática a partir de um palestrante que aponta e conduz uma fala específica. Nesse sentido, o vídeo da pensadora Djamila Ribeiro retrata mesmo que rapidamente as principais ideias de seu livro *Lugar de Fala* (2019) e que segundo a autora

Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta. Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fossemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e numa precisou reivindicar sua humanidade. (RIBEIRO, 2019, p. 89-90).

Assim sendo, identificar as questões relacionadas ao silenciamento foram importantes para que os estudantes pudessem refletir para se expressar acerca dos seus próprios silêncios e a (re) significação do ambiente escolar necessário à construção de uma percepção sobre a equidade.

A seguir foi realizada a transcrição de trechos dos textos estudantes, mantendo-se o anonimato dos adolescentes participantes.

Estudante 1

Atualmente estamos diante de novos desafios e por isso a equidade precisa estar sempre em transformação para atender os objetivos de igualdade e justiça, que antes não tinha isso. A equidade é um conceito que se for seguido pode transformar nossa sociedade e deve ser batido a ponto de ser compreendido em sua essência por todas as pessoas.

Estudante 2

Equidade é o processo de alocar recursos, programas e tomada de decisão de maneira justa. Isso exige garantir que todos tenham acesso a uma ampla gama de oportunidades para alcançar os benefícios sociais, psicológicos e físicos.

Estudante 3

O lugar de fala não é uma questão individual, e sim social. Todos podem falar sobre tudo, só que eles vão falar de lugares diferentes. Por que estão posicionados socialmente em lugares diferentes. Uma mulher branca não vai falar igual uma mulher negra, porque elas estão posicionadas em lugares diferentes.

Estudante 4

Quando se fala em equidade é natural as pessoas confundirem com igualdade, mas a diferença é que podemos definir equidade com uma maneira de se fazer justiça e dá oportunidades para as pessoas. Equidade é como vamos tratar os outros de acordo com as suas necessidades, porém considerando que eles e elas têm os mesmos direitos e benefícios e obrigações e oportunidades.

Estudante 5

"nunca fui tímida eu fui silenciada" Essa frase que a Djamila eu e outras mulheres podem se identificar porque desde pequenas somos ensinadas a nos comportarmos e ficarmos no nosso lugar e afinal a onde é o meu lugar? Devemos ficar em silêncio,

precisamos ser limitadas, temos que ter medo de andar sozinhas, de sairmos à noite, devemos usar roupas curtas e ser o que somos? (...) O silêncio está ligado a naturalização da violência por que vemos os negros serem Discriminados e marginalizados e Agimos como se fosse normal. Temos que nos questionar por que é normal?

Estudante 6

Atualmente estamos diante de novos desafios e por isso a equidade precisa estar sempre em transformação para atender os objetivos de igualdade e justiça, que antes não tinha isso. A equidade é um conceito que se fosse seguido pode transformar nossa sociedade e deve ser batido a ponto de ser compreendido em sua essência por todas as pessoas.

Estudante 7

E se a gente for analisar, as pessoas estão sendo silenciados sim ponto porque na maioria das vezes quem ganha a voz é o homem e branco, e ele quer falar por todos, e assim eu pergunto: quantas pessoas são silenciadas? mas ainda bem que há aqueles que não se silenciam, se manifestam. (...) e pensando bem, quantas vezes a gente se coloca no lugar da outra pessoa? quantas vezes ouvimos verdadeiramente uma outra pessoa? quantas vezes procuramos saber a história de vida das pessoas? quantas vezes damos espaço para outra pessoa falar? é necessário, como diz Djamila, o novo pacto de humanidade, valorizar as vozes, as histórias, pluralidade. (...) Romper com o silêncio, se incomodar e manifestar e assim iremos romper com essas violências naturalizadas. Se impor por que o negro não pode usufruir igual branco? se a gente continuar em silêncio, estaremos concordando com essa violência. É importante questionar, é importante ter a sua voz. O mundo pode ser melhor e mais digno se tiver pluralidade.

Estudante 8

Portanto acredito que seja possível antes realizar uma ascensão intelectual, melhorando o desenvolvimento base do nosso corpo social, ensinando que o respeito é essencial para o convívio harmonioso, utilizando como ferramenta para

isto, a exposição de atividades discriminatórias e desiguais, por meio de palestras e atividades inclusivas.

Estudante 9

Estamos no século XXI e ainda precisamos lutar pela igualdade, somos cada dia mais dois Brasis. Um dos que lutam pela igualdade na sociedade, a inclusão na sociedade e outros que buscam manter seus privilégios.

Estudante 10

Equidade não é o mesmo que é igualdade, a equidade busca por justiça de oportunidades iguais independentemente do gênero, raças, classes sociais e etc.

Estudante 11

A equidade é fundamental para que haja uma sociedade justa e harmônica, para que ambos possam ter o mesmo valor social, reconhecidos em suas atividades e no mercado de trabalho. É perceptível a disparidade de oportunidades quando se observa por exemplo as representações femininas na ciência, nas universidades, na política, em diversas áreas encontram-se uma pequena minoria, sendo que, as mulheres representam o maior índice populacional ponto porque tal contradição acontece? (...) não é somente das mulheres, assim como diz de Djamila: não precisa ser mulher para lutar contra o machismo, a sociedade que de acordo com a constituição federal de 1988 assegura a todos os indivíduos como iguais, necessita de conscientização e mudanças nesse cenário, onde desigualdades são naturalizadas. (...), portanto, é necessário que não somente as mulheres, mas assim todos lutem para quebrar as barreiras que impedem que a equidade aconteça, é preciso que as oportunidades sejam para todos sem distinção de gênero, classe ou raça.

2.2. RECURSOS

Foram utilizados para produção do desenvolvimento do projeto os seguintes recursos:

- Espaço físico da sala de aula;
- Auditório e recursos audiovisuais da escola;
- Visionamento do vídeo da Djamila Ribeiro “Precisamos romper com o silêncio”;
- Texto de apoio ONU MULHERES. Empoderamiento político de las mujeres: marco para una acción estratégica en América Latina y el Caribe apresentado em palestra aos estudantes.

3. RESULTADOS

Com base nas observações junto aos adolescentes, percebeu-se que os estudantes do Centro de Ensino Médio Ave Branca buscam uma formação escolar voltadas para ingresso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, essa característica fez com que os envolvimento em relação aos assuntos discutidos tornassem eles mais próximos da temática acerca da equidade.

Assim, a pesquisa participante analisou essa temática a partir dos conteúdos sugeridos pelo Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal e que deveriam ser estudados pelos estudantes ao longo do ano letivo. Ao todo sete turmas da 2^o série tiveram a exibição do visionamento de Djamila Ribeiro em sala de aula, propostas de debate, palestra sobre a temática da equidade e tempo para produção de texto. De um universo pesquisado de sete (7) turmas participantes de aproximadamente 45 estudantes adolescentes, foram produzidos e entregues um total de 283 textos reflexivos. Percebeu-se que os assuntos discutidos relacionados a equidade despertaram bastante interesse devido a oportunidade de escuta e análise de suas próprias vivências reais em relação aos temas e mostrando assim, que a didática da pedagogia histórico-crítica tem o alcance prático ao contribuir na problematização do cotidiano escolar em sua percepção do cotidiano.

As falas e produção de textos dos estudantes levam a compreensão de uma percepção sobre a equidade que envolvem o acesso a igualdade de oportunidades, justiça social, percepção das diferenças e atenção a visibilidade sobre a mulher.

Considerou-se também que os estudantes adolescentes compreenderam as diferenças fundamentais entre igualdade e equidade, e que esta possui relação com a justiça, que não realizada tende a se manifestar através da violência que pode ser percebida em suas diversas formas e impede o alcance da equidade. Percebe-se também que os estudantes receberam com surpresa as considerações teóricas sobre o assunto, levando a compreensão de que a escola pouco discutia sobre os assuntos ou promovia espaços para a voz dos estudantes acerca de suas próprias experiências na escola.

A pesquisa também possibilitou compreender que os estudantes têm dificuldade de ocupar seu lugar de fala quando foi dado a oportunidade através dos textos escritos. Os exemplos que foram mencionados referiam-se em sua maioria apenas a fatores externos, isto é, a percepção do outro, de dados pesquisados ou referências teóricas.

Evidenciou-se, ainda, que na percepção dos estudantes, há vários empecilhos para que se alcance a equidade, tais como as questões relacionadas a gênero, classe social e raça. Contudo, foram praticamente unânimes ao compreender a relevância do ambiente escolar como mediador para o alcance de práticas escolares equitativas por possibilitarem uma educação para o reconhecimento e ocupação do lugar de cada um diante do silenciamento de vozes dentro da comunidade escolar e na sociedade.

Nesse sentido, percebeu-se que a escuta das narrativas por eles contadas auxiliavam no reconhecimento dos empecilhos para o alcance da equidade e que, apesar de todos compartilharem o espaço comum da escola e da sala de aula, as motivações e dificuldades diárias eram diferentes para cada um devido a sua cor, classe social e identidade de gênero.

3.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da consideração feita pelos estudantes nos textos, consideramos que a percepção desses adolescentes em relação a equidade está relacionada a uma análise que leva em consideração suas próprias experiências de vida. Durante a participação dos debates que foram promovidos, os mesmos sempre pediam um tempo para relatar uma experiência pessoal vivida com ele mesmo ou observada com um familiar ou conhecidos próximos.

Também foi observado que os textos produzidos raramente trazem essas mesmas experiências pessoais, onde fica evidenciado uma preocupação com a formalização da escrita e embasamento teórico, é como se as suas próprias experiências não fossem suficientes para lhes conferir o lugar de referência para formalizar um texto.

A reflexão acerca dos conteúdos estudados também refletiu no comportamento em relação ao reconhecimento de práticas que possibilitam ou não a promoção de espaços equânimes tanto no contexto escolar quando nas experiências narradas a partir de vivências fora do ambiente da escola.

O alcance da equidade no ambiente escolar está diretamente relacionado a escuta junto aos estudantes, oportunizando que as teorias estudadas tenham alcance em ações práticas e sejam constantemente debatidas por toda comunidade escolar a fim de que o espaço da escola pública seja ocupado e engajado com questões que perpassam a dinâmica dos conteúdos levando em consideração a relação entre a transmissão dos mesmos e uma pedagogia que possibilite sua leitura crítica.

Após a realização da pesquisa, foram feitas considerações com os estudantes sobre os resultados alcançados com as reflexões propostas. A equipe gestora, por meio de sua coordenação pedagógica, considerou as atividades propostas relevantes devido ao envolvimento demonstrado pelos estudantes e na mudança de postura no relacionamento no sentido de cobrar da própria instituição a revisão de atividades constantes que busquem promover a reflexão crítica de assuntos necessários a promoção de uma participação ativa na rotina escolar.

4. REFERÊNCIAS

AMIM, R. A. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente Aspectos Teóricos e Práticos**, Lúmen Júris Editora, IMDFAM. 2ª edição Coordenado por Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2001. 241 p.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, da Associação Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 83-94, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2005.

CENTENARO, J.B; FÁVERO, A.A. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Revista Contraponto**. Eletrônica. Vol. 19. Nº 1. Itajaí, jan-dez 2019. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/13579/8591>. Acesso em: 14/09/19.

DEMO. P. Correndo solto e equidade social. **Blog PedroDemo**. Brasília 19 out. 2019. Disponível em: pedrodemo.blogspot.com/2019/10/alter-1079-correndo-solto-e-equidade.html. Acesso em 10/03/2020.

DEMO. P. PISA 2018- Interpretação de Schleicher- Reconciliando equidade e excelência [ensaio 466] **Blog PedroDemo**. Brasília 04 fev. 2019. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com/search?q=466>. Acesso em 10/03/2020.

DESSEN, M. A. (2005). **Construindo uma ciência do desenvolvimento humano: passado, presente e futuro**. Em: M. A. Dessen; A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 264-278). Porto Alegre: Artmed.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento**. Educação Básica- Ensino Médio. Distrito Federal. Livro 1. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2012. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/curriculo-em-movimento-da-educacao-basica-2/>. Acesso em 15/04/2020.

JUNIOR, João Paulo Roberti. **A evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil**. Disponível em: <http://www.unifebe.edu.br/revistaeletronica/20121/artigo025.pdf>

MACHADO FILHO, Haroldo (Org.). **Glossário de termos do objetivo de desenvolvimento sustentável 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas**. [Brasília, DF]: ONUBR, 2016. Disponível

em:<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>>. Acesso em: 28/04/19.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. **O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13798.pdf>. Acesso em 05/03/2020.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ONU MULHERES. **Empoderamiento político de las mujeres: marco para una acción estratégica en América Latina y el Caribe (2014-2017).** Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/EMPODERAMIENTO-POLITICO-DE-LASMUJERES-LAC-2014-17-UNWOMEN.pdf>>. Acesso em: 28/04/19.

POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 464 p
RIBEIRO, Djamila. **Precisamos romper com o silêncio.** 2017. (10m01s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6JEdZQUmdbc>>. Acesso em: 28/04/19.

Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Projeto Político Pedagógico (PPP)** Centro de Ensino Médio Ave Branca-CEMAB.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF). **Projeto Político Pedagógico (PPP)** do Centro de Ensino Médio Ave Branca-CEMAB.

SÍVERES, Luiz. **Encontros e diálogos: pedagogia da presença, proximidade e partida.** Brasília, DF: UNESCO: Liber Livro, 2015. 207 p.

SOUZA, T. Y. de; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. & RODRIGUES, D. S. (2014). **Adolescência como fenômeno social.** Contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras. Em C. Bisinoto (Org.), *Docência na Socioeducação* (pp.119-145). Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <https://docenciasocioeducacaounb.wordpress.com/sobre/material-livros/>. Acesso em 10/03/2020.

APÊNDICE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES- CEAM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, INFÂNCIA,
JUVENTUDE E DIVERSIDADE- EPPIJD

ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAL JUNTO AOS ESTUDANTES DA 2ª SÉRIE DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO AVE BRANCA-CEMAB

AS PERCEPÇÕES SOBRE A EQUIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

1. O que você compreende por equidade?
2. Você percebe a diferença entre equidade e igualdade?
3. Considera sua escola um ambiente equânime? Caso a resposta seja negativa, formule sua justificativa.
4. Como você percebe a relação entre gênero, raça e classe social na sua realidade escolar?
5. Você acredita que existem leis que possibilite a conscientização acerca da equidade?

Após as leituras e debates realizados na escola, os estudantes foram orientados a selecionar uma das perguntas acima ou as que considerassem relevantes para formular um texto reflexivo crítico sobre a sua percepção da equidade no contexto escolar.